

## RESENHA JORNALÍSTICA: ENTRE A CRÍTICA E O ENSAIO

Maria Aparecida Monteiro Bessana<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo identificar as raízes de duas concepções de resenhas jornalísticas de livros. O conceito predominante hoje no Brasil, em diversos trabalhos que abordam esse tipo de texto, como Claudia Nina e José Luiz Fiorin, entre outros, é a consagrada por José M. de Melo em seu livro *Jornalismo opinativo*, de 1975, que a classifica como do gênero opinativo e destinada a orientar o público na escolha dos bens culturais que circulam no mercado. Esta teria substituído a crítica, praticada nos veículos no fim do século XIX até meados do XX, período em que o jornalismo brasileiro transitou da fase amadorística para a profissionalizante. Como resultado, tanto os grandes críticos quanto os editores culturais teriam-na abandonado: aqueles por não aceitarem ceder à simplificação e à generalização dos textos que porventura viessem a escrever e estes por considerarem necessária a ampliação do raio de influência da crítica, tornando-a então utilitária em relação ao grande público e, com isso, evitando dialogar apenas com as elites universitárias. Dessa concepção derivam, para Fiorin, a resenha descritiva, isenta de qualquer julgamento ou apreciação; e a crítica, onde seriam possíveis apreciações, notas e correlações. Nina fala em resenha-resumo, feita por assessores de imprensa para ser distribuída como material de divulgação a jornalistas e restrita a resumir o objeto e fornecer dados sobre o autor. Já artigo elaborado pela PUC-RS é o único que adota outra abordagem: haveria a resenha-resumo, considerada informativa, cujo texto se limitaria a sumariar o conteúdo do objeto, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, mas destinada ao leitor, e a resenha-crítica, que, além de resumir o objeto, faria uma avaliação deste, apontando seus aspectos positivos e negativos.

Tal ponto de vista parece guardar alguma semelhança com a outra concepção abordada neste estudo, expressa pelo professor da Universidade de Buenos Aires, Jorge B. Rivera, apoiado em Nicolás Rosa, para o qual há outro tipo de conceituação. Nesta a palavra crítica deixa de ser adjetivo de resenha, como visto acima, e ganha *status* único, diferenciando-se do que chama ensaio crítico. Para ele, este, requerendo um aparato teórico e aprofundamento muito mais exigente, teria um caráter interpretativo e valorativo, ao passo que a primeira, chamada resenha bibliográfica, faria um relato sucinto do conteúdo do objeto, de suas principais ideias ou teses defendidas, expressando um juízo breve sobre seu valor e originalidade, entre outros aspectos.

**Palavras-chave:** 1. Resenha 2. Opinião 3. Interpretação.

---

<sup>1</sup> Faculdade Cásper Líbero, Linha de Pesquisa: Produtos Midiáticos: Jornalismo e Entretenimento.  
didabessana@gmail.com

## **Classificação dos gêneros**

Em seu livro *Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*, José Marques de Melo destaca os estudos de Carlos Rizzini e Nelson Werneck Sodré e se refere à sua pesquisa de 1966, a qual lhe permitiu identificar no jornalismo diário brasileiro três gêneros: o informativo (característica dos periódicos regionais), o interpretativo (em que se destacavam o carioca *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio*, de Pernambuco, e, de menor relevância, o *Correio da Paraíba*), e o opinativo (restrito ao jornal de prestígio nacional e aos diários de circulação regional). Para tanto, Melo privilegiou a classificação existente à época no país, adotando para os formatos opinativos critérios como a intencionalidade e a natureza estrutural do relato, limitando-se aos gêneros informativo e opinativo. Costa afirma (2010, p. 45), que

Pelo ângulo da intencionalidade, nos relatos informativos há o desejo de “reproduzir” o real, isto é, a partir da observação de um acontecimento do que se aceita como realidade empírica, sua apreensão e descrição são feitas pela instituição jornalística com base no desejo da coletividade de “saber o que se passa”. Já no opinativo, a intenção de “ler” o real, ou seja, a análise e a avaliação (atribuição de valor) possível desta realidade baseada o desejo da coletividade de “saber o que se pensa sobre o que se passa”.

Para Melo, no jornalismo opinativo, “a estrutura dependeria do controle, pela instituição, da autoria e da angulação (tempo e espaço) da narração” (Costa, 2010, p. 45). Considerando-se então esses critérios, os textos jornalísticos informativos seriam a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista, ao passo que os opinativos seriam o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

Na opinião de Melo, os estudos feitos por Manuel Chaparro em seu pós-doutorado permitiram-lhe comparar o jornalismo português e o brasileiro, dialogando com Martínez Albertos, Lorenzo Gomis, Josep Maria Casassús e outros pesquisadores espanhóis, bastante influenciados por Van Dick, contrapondo o binômio “relato-comentário” ao

“informação-opinião”, uma vez lastreado na classificação de Peucer. A relevância deste trabalho, segundo Melo (COSTA, 2010, p. 45), “estaria no fato de Chaparro ter precisado o conceito de gênero, compreendido como uma categoria abrangente, ou classe, permitindo a ordenação do universo textual e neutralizando a tendência à fragmentação à qual a geração do autor teria sido induzida” (COSTA, 2010, p. 45). A influência da contribuição epistemológica do autor lusitano será assimilada por Melo que passa então a adotar o esquema que considera corresponder com mais exatidão às particularidades do jornalismo brasileiro na passagem do século XX ao XXI, ou seja, onde antes havia três gêneros, agora haveria cinco: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário.

Em seguida, o autor retoma os conceitos de Luiz Beltrão, para o qual a opinião é (...) uma “função psicológica”, pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo”. Segundo o autor, a opinião, para o jornalista, não é apenas um direito, mas um dever, por ter a função de captar em qualquer campo, aquele objeto importante sobre o qual a sociedade exige uma definição” (COSTA, 2010, p. 56)

Ainda nesse panorama, Costa refere-se a Melo que ao

(...) se dedicar às formas de expressão opinativa no jornalismo, afirma que ao estabelecer uma fronteira metodológica entre jornalismo informativo e opinativo, não queria fazer crer que a expressão opinativa, entendida como direção ideológica, se reduzisse aos chamados gêneros do jornalismo opinativo. Para o autor, os veículos de comunicação “se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem”. Como mecanismo de direcionamento ideológico, a opinião segundo o autor, se corporifica no jornalismo já na seleção das incidências observadas no organismo social, materializando-se pela filtragem que sofrem no processo de difusão, seja por omissão, projeção ou redução dessas incidências. (COSTA, 2010, p. 57)

E salienta:

Não escapa a Marques de Melo a visão dos mecanismos de expressão de “leituras do real” para além das mensagens codificadas nos gêneros. São vistos como mecanismos opinativos a visão da empresa na escolha dos temas e sua estrutura de redação (e chefias e o controle do produto final). E outros filtros como a definição e angulação das pautas, a rede noticiosa empregada pelas instituições para garantir a cobertura da sociedade e a variedade de fontes de que se vale para difusão”. (COSTA, 2010, p. 57)

Já no que diz respeito aos

(...) aparatos físico-estruturais, Marques de Melo reconhece a expressão opinativa na própria estruturação (e disposição gráfica) das notícias, da projeção ou redução das mensagens às especificidades da construção dos títulos e manchetes das mensagens. (COSTA, 2010, p. 57)

### **A resenha como gênero opinativo**

Após precisar o gênero, Marques de Melo, no Capítulo IV de seu livro já citado, no tópico dedicado à “Resenha ou crítica”, define resenha como o gênero jornalístico que faz uma apreciação das obras de arte ou dos produtos culturais, com o fito de orientar a ação dos fruidores ou dos consumidores. A resenha teria ainda um caráter multifacetado, segundo a lista de funções (oito) que Todd Hunt lhes atribui, que vão de informar a divertir o leitor, passando por “elevar o nível cultural, reforçar a identidade comunitária, aconselhar os consumidores a como empregar melhor seus recursos, estimular e ajudar os artistas, definir o que é novo e documentar para a história. Independentemente, porém, dessas funções, Melo, afirma que Hunt acredita que haja apenas duas modalidades de resenha: a autoritária – “(...) a que se articula com modelos históricos” (MELO, 2003, p. 134) e a impressionista, “(...) aquela que decorre da ‘reação do crítico’ e se pauta pelos seus ‘próprios méritos’” (MELO, 2003, p. 134), no que é contestado por outro autor, também

citado por Marques de Melo, Fraser Bond, o qual identifica quatro modalidades de resenha: a clássica, a relatorial, a panorâmica e a impressionista. No entanto, segundo Melo (2003, p. 134), nesta classificação reside uma fragilidade, pois, neste caso, estaríamos diante apenas de dois métodos: “(...) o da apreciação histórica (clássica) e o da apreciação conjuntural (impressionista). As duas outras correspondem a processos de exposição dos elementos captados pelo crítico, que podem assumir dimensão restrita (relatorial/descritiva) ou ampla (panorâmica/interpretativa)” (MELO, 2003, p. 134).

Em seguida, Melo esclarece que, no Brasil, ainda persiste o “(...) emprego das palavras *crítica* para significar as unidades jornalísticas que cumprem essa função e *crítico* para designar quem as elabora” (MELO, 2003, p. 130). Para explicar a razão desse “descompasso”, como ele chama a ainda corrente dupla denominação desta atividade, faz um breve histórico das mudanças ocorridas no jornalismo brasileiro, identificando um momento de transição entre sua fase amadorística e o período profissionalizante.

Em sua opinião,

(...) o que ocorreu foi a dupla recusa dos grandes intelectuais e dos editores culturais em relação à crítica esteticamente embasada. Os grandes intelectuais porque não quiseram fazer concessões à simplificação e à generalização pretendidos pela indústria cultural. Os editores culturais porque entendiam indispensável ampliar o raio de influência da crítica de arte, tornando-a utilitária em relação ao grande público e evitando seu direcionamento para as elites universitárias”. (MELO, 2003, p. 130)

Dessa situação, na opinião de Marques de Melo, decorre não apenas que os intelectuais continuaram a fazer “(...) exercícios críticos estruturados, segundo os padrões da análise acadêmica” em “(...) contraposição àqueles que permaneceram nos meios de comunicação coletiva, ou que se agregaram ao trabalho de apreciar os novos lançamentos artísticos, cujos textos passaram a chamar de resenha (...)” (MELO, 2003, p. 130).

Em seu livro *Literatura nos jornais*, a crítica literária dos rodapés às resenhas, Claudia Nina afirma que desde seus primórdios nos idos de 1900 até a década de 1950, a crítica literária praticada nos jornais era composta por textos que “(...) ficavam entre o ensaístico e o professoral, e eram carregados de digressões (NINA, 2007, p. 24). Isto quando não tinham caráter impressionista, “(...) expressão surgida no âmbito das artes plásticas que passou a ser sinônimo de diletantismo, ou seja, da prática de uma arte ou ofício de forma amadora, sem levar em conta normas de ordem intelectual” (NINA, 2007, p. 24), ou seja, “refere-se a textos que apenas justificam um gosto, sem preocupações teóricas” (NINA, 2007, p. 24)

De tal definição decorre a distinção que a autora faz de crítica, que estaria dividida por dois tipos de texto:

(...) um mais técnico, produzido por acadêmicos de diversas áreas (sociólogos, historiadores, antropólogos, professores de literatura) que voltam às páginas dos suplementos na tentativa de escoar sua produção intelectual num ambiente extra-acadêmico, escrevendo textos ensaísticos; e outro livre de jargões, assinado por jornalistas que, muitas vezes, não têm nenhuma especialização na área (NINA, 2007, p.28-29).

E conclui: “São dois mundos diferentes, pois revelam formas diferentes de perceber as obras e de transmitir essa percepção aos leitores” (NINA, 2007, p. 29).

Para a autora, corroborada pela opinião de Luis Costa Lima “(...) a verdadeira crítica literária permanece em livros e revistas que circulam pouco” (NINA, 2007, p. 29) e Nelson de Oliveira,

A crítica brasileira está em crise. [...] O mais preocupantes é que essa nova crise é diferente da crise mais antiga, provocada pela falta de empatia e sincronia entre duas hermenêuticas bastante temperamentais a da crítica universitária e a da crítica jornalística. A verticalidade das teses acadêmicas ruminadas ao longo de meses ou anos, e a horizontalidade das resenhas jornalísticas, noticiando em primeira mão os momentos mais

promissores do mundo editorial, ainda não deram à luz o híbrido conciliador”. (NINA, 2000, p. 30)

à crítica destinam-se os espaços dos suplementos literários e dos livros. Já os jornais diários abrigam as resenhas jornalísticas. “As resenhas-resumo são aquelas feitas pelos assessores de imprensa, distribuídas como material de divulgação” (Nina, 2007, 55), e nesta se explicam o conteúdo ou a história de que trata o livro, apresenta-se o autor, fornecem-se dados biográficos, elencam-se suas outras obras e mencionam-se os prêmios que já recebeu. Já as “resenhas-ensaio são aquelas em que o livro é apenas um pretexto para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema abordado pela obra” (NINA, 2007, p. 55). Quanto às resenhas críticas, estas são aquelas em que “as reflexões estão alicerçadas num equilíbrio formal” (NINA, 2007, p. 55). Mais adiante, a autora afirma que cabe ao crítico “munido de sua formação de especialista no assunto apresentar uma leitura consistente e original” da obra (NINA, 2007, p. 55). Segundo a autora, “A leitura não teórica faz-se no eixo interpretativo e pertence à fruição. (...) Quando o crítico está desarmado teoricamente, seu texto virá repleto de adjetivações. O resultado de uma investigação mais inocente e impressionista é certamente uma resenha voltada para o entendimento de um público amplo e não segmentado, que não espera uma leitura demorada e complexa das obras” (NINA, 2007, p. 60).

Há ainda a definição encontrada em “Como fazer uma resenha”, a qual aponta a existência de apenas dois tipos: a descritiva, em que não haveria “(...) nenhum julgamento ou apreciação do resenhador” (FIORIN, [s.d.]), e a crítica, “(...) pontuada de apreciações, notas e correlações estabelecidas pelo juízo crítico de quem a elaborou”, e descreve cada um deles” (FIORIN, [s.d.]).

Já o artigo “Como elaborar uma resenha”, define duas outras modalidades de resenha: a resenha-resumo

(...) texto que se limita a resumir o conteúdo de um livro, de um capítulo, de um filme, de uma peça de teatro ou de um espetáculo, sem qualquer

crítica ou julgamento de valor. Trata-se de um texto informativo, pois o objetivo principal é informar o leitor (PUC-RS, [s.d.]

e a resenha-crítica

(...) texto que, além de resumir o objeto, faz uma avaliação sobre ele, uma crítica, apontando os aspectos positivos e negativos. Trata-se, portanto, de um texto de informação e de opinião, também denominado de *recensão crítica*” (PUC-RS, [s.d.]

No outro polo, encontra-se Jorge B. Rivera, professor da Universidade de Buenos Aires (UBA), que afirma;

A crítica em, uma visão clássica necessariamente redutora, se propõe em geral à exegese do sentido da obra e ao estabelecimento de um juízo de valor sobre esta; ou de modo mais sumário: se propõe a uma interpretação e a uma valoração (com todas as reservas e cuidados que impõe a subjetividade do valorativo. (RIVERA, 2000, p. 116)

Para ele,

O jornalismo cultural tem proporcionado atualmente dois formatos da crítica literária (e de certo modo poderíamos ampliar o campo a outras atividades culturais e artísticas) o *ensaio crítico* de certa extensão e a *resenha bibliográfica*. Ao primeiro se exige um maior esforço interpretativo e valorativo, ao passo que ao segundo – típico das chamadas “seções bibliográficas” – só se pede uma ideia sucinta do conteúdo e das principais ideias ou teses defendidas com algum juízo breve sobre seu valor, originalidade etc. O essencial da *resenha*, em síntese, é precisamente seu caráter informativo e superficial”. (RIVERA, 2000, p. 116-117)

Para o autor,

Menos opressor, como gênero do jornalismo cultural, parece ser o *ensaio*, uma forma que preside de certo modo o nascimento e o



desenvolvimento dos estilos da imprensa desde o século XVIII, com figuras britânicas arquetípicas como Steele, Addison, Johnson, Swift, Defoe, Lamb, De Quincey, Chesterton, Beerbohm etc. Do ensaio, como texto de abordagem pode-se dizer que proporciona certamente *informação*, mas também *interpretação*, *explicação* e inclusive *especulação* sobre os fatos e temas de que trata, e para o caso bastaria reler qualquer dos *essais* críticos por esse autêntico criador do gênero que foi Miguel de Montaigne, ou um dos vários autores antes citados. (RIVERA, 2000, p. 38)

Esclarecendo sua concepção de jornalismo, Rivera afirma que:

Todo jornalismo, de fato, é um fenômeno “cultural”, em suas origens, objetivos e procedimentos, mas historicamente se consagrou como nome “jornalismo cultural” a uma zona muito complexa e heterogênea de meios, gêneros e produtos que abordam com propósitos criativos, reprodutivos ou de divulgação as áreas das “belas artes”, as “belas letras”, as correntes do pensamento, as ciências sociais e humanas, a chamada cultura popular e muitos outros aspectos que têm relação com a produção, circulação e consumo de bens simbólicos, sem importar sua origem ou destino. (RIVERA, 2000, p.19)

Sobre o papel do jornalismo, ele destaca que:

(...) um dos objetivos da imprensa é fornecer ao leitor certa quantidade de *informação* sobre o que ele *desconhece* ou por estar ainda em curso ou por não pertencer à esfera de seus interesses ou competências dominantes. A qualidade de *novidade* não está ausente das pautas do jornalismo cultural – e uma boa parte deste trabalha precisamente com o perfil da atualização, do novo e do experimental – mas a mesma natureza do campo propõe frequentemente a recapitulação e a volta ao já conhecido, inclusive em suas formas mais estereotipadas e previsíveis. (RIVERA, 2000, p.19)

E continua:

É altamente improvável que um jornal dê espaço a uma *notícia* que não reúna alguns de seus requisitos, e isto é um dos aspectos que mais problemas acarreta para as publicações e matérias culturais; *sua sintonia real com o interesse do leitor, ou com os meios legítimos a que se pode recorrer para suscitar e manter dito interesse*. Não são poucos os meios que cultivam uma atitude francamente preconceituosa e restritiva diante do “cultural”, por considerá-lo (quase sempre erroneamente) *como alheio à esfera dos interesses do leitor comum*”. (RIVERA, 2000, p. 33)

Do exposto, talvez se possa aventar como hipótese para a distinção de tipo e de gênero para os estudiosos brasileiro e argentino citados uma concepção de fundo ligada à época em que seus estudos foram feitos.

Marques de Melo, ao considerar a resenha “(...)o gênero jornalístico que faz uma apreciação das obras de arte ou dos produtos culturais, com o fito de orientar a ação dos fruidores ou dos consumidores”, o faz apoiado na teoria crítica da comunicação, desenvolvida por Adorno e Horkheimer, criadores do conceito de indústria cultural, a qual

(...) fornece por toda parte bens padronizados para satisfazer as numerosas demandas, identificadas como distinções às quais os padrões da produção devem responder. Por intermédio de um modo industrial de produção, obtém-se uma cultura de massa feita de uma série de objetos que trazem de maneira bem manifesta a marca da indústria cultural: serialização-padornização-divisão do trabalho. Essa situação não é o resultado de uma lei da evolução da tecnologia enquanto tal, mas de sua função na economia atual. “Em nossos dias, a racionalidade técnica é a racionalidade da dominação propriamente dita. O terreno em que a técnica adquire seu poder sobre a sociedade é o terreno dos que a dominam economicamente”.

(ARMAND E MICHÈLE MATTELART, 2001, p. 77-78)

Já Rivera, na Apresentação de *El periodismo cultural*, afirma que em sua opinião:

(...) o melhor jornalismo cultural é aquele que reflete os problemas globais de uma época, satisfaz demandas sociais concretas e interpreta dinamicamente a criatividade potencial do home e da sociedades (tal como se expressa em campos tão variados como as artes, as ideias, as letras, as crenças, as técnicas, etc.), apelando para isso à bagagem de informação, ao tom, ao estilo e ao enfoque adequado á matéria tratada e às características do público escolhido. (RIVERA, 2000, p. 9)

assim como destaca, no Capítulo 1, “Periodismo y cultura”, que

Um dos primeiros temas a discriminar neste campo é a sutil e hipotética divisão de águas que se tem entre a produção *criativa* (aquela que explora – com fins de produção – campos estéticos e ideológicos inéditos e disponíveis) e produção *reprodutiva* (a que contribui para difusão ou divulgação tanto de patrimônios “tradicionais” como de patrimônios incorporados ao acervo pelos operadores do primeiro universo. A produção *criativa* pode ser o resultado de artistas ou intelectuais que produzem dentro dos marcos convencionais do mercado cultural, ou inclusive em contradição com as lógicas deste mercado (a produção de vanguarda, por exemplo), uma vez que a segunda se encontra quase invariavelmente nos perfis mais típicos da chamada indústria cultural, como promotores da circulação e do consumo de bens dessa natureza. (RIVERA, 2000, p. 16)

#### Referências bibliográficas

COSTA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra. 7<sup>a</sup> ed., 2010.

FIORIN, José Luiz. “Como fazer uma resenha”. Disponível em: <<http://lucajor.vilabol.uol.com.br/resenha.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

MATELLART, Armand e Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo Loyola, 2001.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

NINA, Claudia. *Literatura nos jornais – A crítica literária dos rodapés – as resenhas*. São Paulo: Summus, 2007.

PUC-RS. “Como elaborar uma resenha”. Disponível em:  
<<http://www.pucrs.br/gpt/resenha.php>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

RIVERA, Jorge B. *El periodismo cultural*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2000.

**Palavras-chave:** 1. Resenha 2. Crítica 3. Ensaio. 4. Jornalismo opinativo 5. Jornalismo interpretativo